

# Teoria marxista e práxis revolucionária:

Mariátegui e o marismo na América Latina

Gilberto Grassi Calil

**Como citar:** CALIL, G. G. Teoria marxista e práxis revolucionária: Mariátegui e o marismo na América Latina. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 293-296.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p293-296>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Teoria marxista e *práxis* revolucionária: Mariátegui e o marxismo na América Latina

Gilberto Grassi Calil\*

O peruano José Carlos Mariátegui é correntemente mencionado como primeiro intelectual marxista latino-americano, produtor de uma reflexão original sobre a realidade do subcontinente, para além da transposição mecânica do “marxismo europeu”. Qualificado, muitas vezes como “Gramsci da América Latina”, sua vigorosa reflexão permanece, ainda assim, pouco conhecida.

Como o revolucionário italiano, Mariátegui faleceu precocemente (em 1930, aos 36 anos). Como Gramsci, ainda, buscou obstinadamente compreender as determinações concretas de seu país, aliando a interpretação teórica da realidade à *práxis* revolucionária, intervindo na luta de classes sob inequívoca perspectiva revolucionária. Seus principais textos foram produzidos em seus últimos anos de vida, após retornar de uma estada de quatro anos na Europa, em 1923, pois sua produção anterior era considerada pelo próprio Mariátegui como marcadamente romântica e juvenil. Como Gramsci, ainda, Mariátegui dedicou-se à atividade jornalística militante, participou da fundação do Partido Comunista em seu país e dedicou-se à difusão de uma visão de mundo socialista. Após sua morte, teve sua imagem difundida, sob os auspícios da Internacional Comunista, desvinculada de algumas das teses que constituíram o núcleo central de sua reflexão – como a reivindicação da autonomia organizativa da classe trabalhadora e a veemente recusa da necessidade de uma “revolução burguesa” na América Latina. De maneira análoga ao que ocorreu com Gramsci (reduzido por muitos a precursor do “eurocomunismo” e apresentado como defensor de alianças interclassistas), já em 1933 o Partido Comunista Peruano qualificava os seguidores de Mariátegui como “agentes do bloco feudal-burguês”, aos mesmo tempo que o apresentava como abnegado e disciplinado soldado da Internacional Comunista (Apud ALIMONDA: 1983, 76-77).

A maturidade intelectual de Mariátegui pode ser situada entre seu retorno da Europa (1923) e seu falecimento (1930). Este período foi suficiente para que produzisse, efetivamente, a primeira reflexão original e sistemática sobre a realidade da América Latina a partir do método marxista.

A reflexão de Mariátegui é permanentemente orientada pela temática da Revolução Latinoamericana e, em particular, peruana. A partir dela, coloca em questão a formação histórica de seu país, sua base material, a questão da terra e a questão indígena, elementos centrais e indissociáveis para a configuração de uma perspectiva revolucionária naquele país. Em sua principal obra – Sete ensaios de interpretação da realidade peruana -, Mariátegui investiga a formação histórica peruana e os processos econômicos que a sustentaram em suas distintas etapas. Em sua análise histórica, avaliava as estruturas pré-coloniais, o processo de colonização, a constituição de uma economia oligárquica no período pós-independência – estruturada inicialmente em torno do salitre e do guano, e posteriormente, do latifúndio agro-exportador baseado em trabalho semi-servil.

---

\*Professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em História Social (UFF). gilbertocalil@uol.com.br.

Sua preocupação com as determinações materiais está presente, também, em sua análise da questão indígena: *"Todas as teses sobre o problema indígena, que ignoram ou omitem a este como problema econômico social, são apenas estéreis exercícios teóricos – e as vezes exclusivamente verbais – condenados a um descrédito absoluto"* (MARIÁTEGUI, 1958: 29) Para Mariátegui, ao contrário, *"a questão indígena parte de nossa economia. Tem raízes no regime de propriedade da terra"* (Idem, p. 31) Assim, caberia aos revolucionários conferir concretude aos anseios indígenas: *"A reivindicação indígena carece de concretude histórica enquanto se mantiver em um plano filosófico ou cultural. Para adquiri-la - ou seja, para adquirir realidade, corporiedade – necessita converter-se em reivindicação econômica e política"* (Idem, p. 32). Mais do que apenas propor uma "contextualização" econômica de sua problemática, Mariátegui buscava dialeticamente construir uma interpretação da totalidade social. Assim, compreendia a problemática indígena como fundamentalmente vinculada à estrutura agrária: *"Nosso primeiro esforço tende a estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico. (...) Com certeza, a mais absurda das refutações que se podem nos dirigir é a de lirismo ou literarismo. Colocando em primeiro plano o problema econômico-social, assumimos a atitude menos lírica e menos literária possível"* (Idem, p. 40, grifos meus).. Mais ainda, Mariátegui indicava que *"o regime de propriedade da terra determina o regime político e administrativo de toda nação. (...) Sobre uma economia semifeudal não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais"* (Idem, p. 43, grifo meu). Assim, muito distante do "voluntarismo idealista" correntemente atribuído à Mariátegui, ele tinha clareza de que *"a atividade do sujeito tem que se dar em certas condições objetivas que, definitivamente consistem na realização de possibilidades criadas nestas condições"* (Apud SANCHEZ-VÁSQUEZ, 1998: p. 51). Sua posição reafirmava continuamente a perspectiva de que os homens fazem sua própria história, mas o fazem em condições determinadas: *"A imaginação, geralmente, é menos livre e menos arbitrária do que se supõe. (...) Em todos os homens, tanto nos mais geniais quanto nos mais estúpidos, encontra-se condicionada por circunstâncias de tempo e de espaço. (...) Logo, só são válidas aquelas utopias que se poderiam chamar de realistas. Aquelas utopias que nascem das próprias entranhas da realidade"* (MARIÁTEGUI, 2005b: 48). Posição que explicitava ainda mais ao reivindicar a dialética marxista: *"O marxismo, do qual todos falam mas muito poucos conhecem e, sobretudo, compreendem, é um método fundamentalmente dialético. Ou seja, é um método que se apóia inteiramente na realidade, nos fatos"* (Idem, 119). Foi esta compreensão que conduziu Mariátegui à análise concreta de uma situação concreta, método que por mais estranho que fosse ao stalinismo, nada tem de "heterodoxo" ou *sui generis* no campo marxista.

A questão da suposta "heterodoxia" de Mariátegui parece-nos requerer maior cuidado. A reflexão de Mariátegui contemplou diversas temáticas desqualificadas pelo esquematismo stalinista: cultura, literatura, questão indígena, identidade nacional, etc. Isto leva alguns autores. Sem dúvidas, foi um autor original e criativo, atento condições próprias da realidade latino-americana. Entendemos, no entanto, que não nos autoriza a considerá-lo como "heterodoxo", e, menos ainda, como fazem alguns autores, "romântico", "voluntarista" e "anti-determinista". Michel Lowy, por exemplo, vê em Mariátegui *"um núcleo irredutivelmente romântico"* (LOWY In MARIÁTEGUI, 2005b: 8). Para este autor, a visão "romântico-revolucionária" de Mariátegui se evidenciaria no culto em especial da adoção do "mito revolucionário" proposto por Sorel, através do qual buscava o *"reencantamento do mundo pela ação revolucionária"* (Idem, 17). Segundo Lowy, a expressão máxima do

romantismo de Mariátegui seria sua “ousada” e “herética” *“estratégia política que situava nas comunidades indígenas o ponto de partida para uma via socialista própria aos países indo-americanos”*. (Idem, 21-22). O “romantismo” seria o eixo articulador da obra mariáteguiana: *“Concluindo: seja no terreno da filosofia ou da estratégia política, da cultura ou da questão agrária, da história ou da ética, a obra de Mariátegui está atravessada, de ponta a ponta, por um poderoso impulso romântico-revolucionário, que empresta à sua concepção marxista do mundo sua qualidade única e sua força visionária”*. (Idem, 24). Também Raúl Fonet-Betancourt, considerando Mariátegui como *“defensor de um marxismo antideterminista”* (FORNET-BETANCOURT, 1995: 154), enfatiza sua “heterodoxia”, que se expressaria sobretudo em seu voluntarismo portador de uma *“função religiosa metafísica, que, num mundo que se precipita na falta de orientação o marxismo deve assumir e cumprir”* (Idem, 143). “Função” que seria capaz inclusive de erigir as determinações: *“[Mariátegui] afirma no marxismo a novidade imprevisível, que o ímpeto criativo daquele fator subjetivo cujo nome é liberdade humana, pode provocar em qualquer situação histórica”*. (Idem, 154, grifos meus). O autor sustenta a tese do “voluntarismo” mariáteguiano a partir de um texto de 1925 no qual Mariátegui afirmava que *“a força dos revolucionários não se encontra na sua ciência; ela está na crença, em sua paixão, em sua vontade. Ela é uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do mito, É a emoção revolucionária... é uma emoção religiosa”* (apud FORNET-BETANCOURT, 1995: 153). Entendemos que não é possível avaliar tal afirmação sem cotejá-la com as reflexões de Mariátegui acima indicadas, que claramente situam a ação do sujeito revolucionário em suas devidas determinações. Além disso, tais determinações permanecem decisivas no tratamento dado por Mariátegui à Revolução Latino-Americana, temática central de sua produção intelectual e sua práxis política.

Mariátegui opunha-se veementemente à perspectiva de uma revolução burguesa na América Latina, que considerava ilusória e equivocada, tendo em vista que as burguesias latino-americanas mantinham-se estruturalmente vinculadas ao imperialismo e ao latifúndio, do que concluía que a revolução latino-americana necessariamente teria que ter caráter socialista, articulada à revolução mundial: *“A revolução latino-americana será uma etapa, uma fase da revolução mundial, nada mais, nada menos. Será, pura e simplesmente, a revolução socialista. A esta palavra acrescentem, segundo os casos, todos os adjetivos que quiserem: “antiimperialista”, “agrarista”, “nacionalista-revolucionária”. O socialismo os supõe, os antecede, abrange a todos.* (MARIÁTEGUI, 2005b: 119). Seu ponto de partida era a análise do estágio imperialista de desenvolvimento do capitalismo e da Divisão Internacional do Trabalho: *“A época da livre concorrência, na economia capitalista, terminou em todos os campos e em todos os aspectos. Estamos na época dos monopólios, isto é, dos impérios. Os países latino-americanos chegam atrasados à concorrência capitalista. Os primeiros lugares já foram definitivamente atribuídos. O destino desses países, na ordem capitalista, é o de simples colônias”* (MARIÁTEGUI, 1999b: 112). Com base nessa referência concluía que *“o socialismo aparece em nossa história não por uma razão de acaso, de imitação ou de moda, como espíritos superficiais supõem, mas como uma fatalidade histórica* (MARIÁTEGUI, 1958: 34). O caráter socialista da revolução proposta é inequívoco: *“Na luta entre dois sistemas, entre duas idéias, não passa pela nossa cabeça sentirmo-nos espectadores nem inventar um terceiro termo. A originalidade a qualquer custo é uma preocupação literária e anárquica. Na nossa bandeira inscrevemos esta única, simples e grande palavra: socialismo”* (MARIÁTEGUI, 2005b:

118). Rejeitando as proposições do reformismo, Mariátegui propunha a constituição de um bloco classista, no qual tivessem lugar tanto a vanguarda operária como os camponeses, em sua maioria de procedência indígena, manifestando suas reservas quanto à incorporação da classe média, considerando que *“um governo da classe média não pode desenvolver senão uma política capitalista. A classe média necessita incorporar-se na classe capitalista ou na classe assalariada. Não cabe para ela uma posição intermediária nem independente”* (MARIÁTEGUI, 1964: 102). Os desdobramentos políticos desta posição são claros, e vinculam-se à conhecida polêmica travada com Haya de la Torre: para Mariátegui, a incorporação dos setores médios no bloco classista revolucionário só seria admissível sob direção da classe trabalhadora, e jamais ao custo da perda de autonomia da classe trabalhadora.

A morte de Mariátegui, em 1930, coincidiu com o ápice do mecanicismo da Internacional Comunista e sua intervenção nos partidos comunistas. No mesmo ano, Eudocio Ravines retornou de Moscou, impondo intervenção no PCP, dedicada a extirpar meticulosamente os resquícios de “mariateguismo”. Por décadas, Mariátegui permaneceu reduzido a slogan, esvaziado de seu conteúdo. Foram os desdobramentos concretos da luta de classes que o retiraram de seu ostracismo, a começar pela Revolução Cubana – desmentido concreto da suposta impossibilidade de uma Revolução Socialista na América Latina -, passando pela revolução nicaragüense e reavivando-se no protagonismo indígena nas lutas sociais recentes em diversos países, como México, Bolívia, Equador e Peru.

## REFERÊNCIAS

- ALIMONDA, Héctor. *José Carlos Mariátegui*. São Paulo: Brasiliense 1986.
- FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina*. São Leopoldo: Unisinos, 1995.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretacion de la realidade peruana*. Lima: Amauta, 1958. Biblioteca Amauta. 2ª Edición Popular de 50.000 exemplares.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005b.